

A IDENTIDADE INSTITUCIONAL DOCENTE NO IFCE: UM OLHAR PEDAGÓGICO SOBRE A CONSTRUÇÃO E O SEU FORTALECIMENTO ATRAVÉS DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS OFICIAIS

IFCE TEACHER'S INSTITUTIONAL IDENTITY: A PEDAGOGICAL VIEW ON THE CONSOLIDATION THROUGH OFFICIAL HISTORICAL DOCUMENTS

¹Ana Cláudia Uchôa Araújo.

²Marcio Alves Bezerra.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. E-mail: ana@ifce.edu.br.
ORCID: 0000-0002-1377-6540.

²Instituição do autor. E-mail: marcio.bezerra@ifce.edu.br.
ORCID: 0009-0002-4737-7393.

Artigo submetido em 12/10/2021, aceito em 08/06/2025 e publicado em 18/06/2025.

Resumo: Este artigo analisa a construção e o fortalecimento da identidade institucional docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), a partir de uma abordagem qualitativa e documental dos principais atos normativos da instituição. O estudo tem como objetivo identificar, nos documentos oficiais — Lei nº 11.892/2008, Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Resolução Consup nº 39/2020 —, as diretrizes e mecanismos que influenciam a constituição da identidade docente na educação profissional e tecnológica. Fundamentado em autores que abordam identidade organizacional e docente, o trabalho discute como as políticas institucionais e as regulamentações específicas contribuem para o desenvolvimento de uma identidade coletiva e profissional entre os docentes do IFCE. Os procedimentos metodológicos envolveram análise documental e revisão bibliográfica, buscando compreender a correlação entre os referenciais normativos e os processos históricos e pedagógicos da instituição. Os resultados indicam que, embora haja avanços na consolidação de uma identidade docente própria, persistem desafios relacionados à difusão e efetivação das normativas internas, demandando maior debate e engajamento da comunidade acadêmica. Conclui-se que o fortalecimento da identidade institucional docente depende do aprofundamento das discussões sobre os documentos oficiais e da valorização do papel do professor na trajetória histórica e nas práticas educativas do IFCE.

Palavras-chave: identidade institucional; docência; institutos federais

Abstract: This article analyzes the construction and strengthening of the institutional teaching identity at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE), based on a qualitative and documentary approach to the institution's main normative acts. The objective is to identify, in the official documents—Law No. 11,892/2008, the Institutional Pedagogical Project (PPI), and Resolution Consup No. 39/2020—the guidelines and identity, this study discusses how institutional policies and specific regulations contribute to the

development of a collective and professional identity among IFCE teachers. The methodological procedures included documentary analysis and a literature review, aiming to understand the correlation between regulatory frameworks and the institution's historical and pedagogical processes. The results indicate that, although there have been advances in consolidating a distinctive teaching identity, challenges remain regarding the dissemination and effective implementation of internal regulations, which require broader debate and engagement from the academic community. It is concluded that strengthening the institutional teaching identity depends on further discussion of official documents and the appreciation of the teaching role in IFCE's historical trajectory and educational practices.

Keywords: institutional identity; teacher; federal institutes

1 INTRODUÇÃO

A Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, denominados também de Institutos Federais (IFs), que se formaram a partir de fusões entre CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica), ETFs (Escolas Técnicas Federais) e Escolas Agrotécnicas, criando uma identidade institucional.

A Lei indica que os IFs são instituições que possuem natureza jurídica de autarquia federal, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, além de:

“[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2008).

Caberá aos IFs a enorme responsabilidade e a missão institucional de se constituírem como um espaço fundamental na construção dos caminhos com vistas ao desenvolvimento local e regional (Pacheco, 2010), considerando sua complexidade e a amplitude de se apresentarem como uma instituição de educação pluricurricular e multicampi, que tem, entre outros, o compromisso de promover a verticalização da educação básica à pós-graduação; pautar sua atuação no binômio autonomia versus corresponsabilidade, sem perder de vista a identidade institucional e a interdependência; e promover a expansão no número de campi e de oferta de cursos, considerando a carência das regiões a serem atendidas.

O Ministério da Educação (MEC) exige que essa construção, em prol dessa nova identidade institucional, do desenvolvimento e da universalização do ensino, da pesquisa e da extensão à sociedade através dos IFs, seja baseada em ações e documentos oficiais institucionais que expressem todas as informações relativas às políticas, princípios éticos e pedagógicos e projeções de futuro. Todavia, esse debate carece de maiores discussões dentro das instituições e apresenta uma ampla complexidade de abordagens conceituais, bem como diferentes olhares dentro da perspectiva histórica de seu desenvolvimento desde a sua concepção.

Buscando trazer aspectos mais contemporâneos para esse debate, podemos dizer que os Institutos Federais criaram, com o passar dos anos, seus atos normativos mais específicos, de modo a tentar assegurar não apenas sua sobrevivência, mas, principalmente, esclarecer sua identidade de atuação. Isso inclui, ainda, sua identidade de atuação docente com viés multidisciplinar (GOUVEIA & SILVA, 2017).

Foi observando o dia a dia como docente e gestor dessa instituição que criei motivações para estudar esses atos normativos e contribuir com informações sobre o debate e/ou processo de construção e/ou fortalecimento identitário docente que o IFCE vem tentando consolidar nos

últimos anos, mesmo com todas as dificuldades históricas inerentes a uma instituição com suas múltiplas faces de atuação pedagógica, bem como suas relações com a comunidade. O IFCE cresceu e se transformou em algo que seus próprios docentes ainda estão assimilando; essa nova essência e a compreensão dessa nova institucionalidade são vitais para sua continuidade como agente transformador e para o meio em que aprende, interage e modifica.

Além da sua Lei de criação, outros inúmeros documentos históricos oficiais apresentam forte correlação com essa identidade institucional docente e são reconhecidos como: os atos expedidos através de resoluções pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); os Programas de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos campi; os Projetos Pedagógicos Institucionais (PPI) dos campi; as resoluções do Conselho Superior (Consup) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Todos apresentam formatos bem particulares, em atendimento às legislações educacionais, e amplitudes local e regional; todavia, apontam para uma busca única pela identidade institucional a ser disseminada pela instituição e absorvida pela comunidade interna e sociedade.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar documentos históricos oficiais, como a Lei de criação dos Institutos Federais, Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, o seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e a Resolução do Conselho Superior (Consup) nº 39, de 22 de agosto de 2020, que aprova a Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), sob uma ótica pedagógica e buscando correlações entre a temática identitária e os processos de sua constituição e/ou fortalecimento de nossa identidade institucional docente no âmbito do IFCE.

Este artigo apresenta, na sequência, sua fundamentação teórica, seguida da descrição da metodologia. A abordagem é qualitativa, quanto à natureza é aplicada e, quanto ao seu procedimento, é bibliográfica. Posteriormente, apresenta seus resultados, discussões e conclusões, assentados nos objetivos delineados na pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O termo “identidade organizacional” pode ser entendido como a coleção de atributos específicos de uma organização conferidos por seus membros, não sendo necessariamente comuns a todos, mas sim mantidos por grupos específicos, e que definem papéis, símbolos, políticas, regras e procedimentos, tanto formais quanto informais (ALMEIDA, 2006). Essa identidade também é influenciada por nossas atividades e crenças, as quais são interpretadas utilizando pressupostos e valores culturais, compartilhados pelos membros da organização. Cabe ainda ressaltar que a “identidade organizacional” não é estável nem fixa, mas social e historicamente construída, estando sujeita a contradições, revisões e mudanças, sendo ela a essência da organização.

Desde o final dos anos 80 e início dos anos 90, os estudos sobre identidade organizacional são realizados partindo dos conceitos de Psicologia Social, numa concepção pela qual a organização percebe a si mesma (CALDAS; WOOD, 1997; KOTLER, 2000). Nos dias atuais, as Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, diante da velocidade das mudanças sofridas, especialmente na última década, estão revendo importantes documentos oficiais de planejamento internos, como os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), buscando conceitos mais contemporâneos relativos à sua missão, visão, bem como ao seu posicionamento no mercado da educação superior, ou seja, a busca incessante por uma identidade (DANESI et al., 2014).

Ainda segundo Danesi et al. (2014), utilizando como fundamentação teórica esse conceito na abordagem sobre identidade institucional de universidades comunitárias e confessionais, é possível compreender também a formação identitária dos Institutos Federais,

já que tal compreensão considera, dentre outros atributos das instituições, sua pedagogia, história, objetivos, valores, crenças, a relação com colaboradores e comunidade, em especial, bem como seu comprometimento com a ciência, conhecimento, ética e o bem-estar social. Uma instituição ou um docente, enfim, tudo que tem capacidade de expressão possui uma identidade. No sentido literal, identidade diz respeito às características implícitas de quem as emite, ou seja, um conceito interno que sofre influência de percepções externas (RUÃO, 2002).

Dentro dessa discussão, cabe ainda a reflexão sobre a identidade docente. Esta é fundamental para a compreensão dos movimentos futuros sobre os quais precisamos nos basear para traçar os rumos das mudanças em educação (SILVA et al., 2014). Por isso, inúmeros autores se debruçam sobre o tema e, como Brzezinski (2011), defendem que a profissionalização é fundamental na constituição da identidade docente, pois em seu cerne está a práxis da ação docente, indo além dos domínios das especificidades da ação docente e do desempenho competente da profissão, fomentando o sentimento de pertença e impulsionando-o para a vivência de um posicionamento político-pedagógico, que também guarda relação com os ideários institucionais.

Essa fundamentação teórica é essencial como ponto de partida, já que, apesar de entender que essas institucionalidades estão fortemente condicionadas pelas políticas governamentais, pode-se citar a tese de Moraes (2016), que indica que não se deve confundir “nova institucionalidade” com “identidade institucional”, alegando que, de forma simplista, algo “novo” foi criado atrelado apenas aos interesses de grupos burgueses dominantes do passado sobre a classe trabalhadora, desqualificando toda a ação política e histórica das comunidades escolares na construção de todas as institucionalidades que essa, agora “Rede”, já conheceu e em que se transformou ao longo de sua centenária história.

Como afirma Moraes (2016), a “identidade institucional” está associada a uma construção coletiva, à percepção da identificação das condições (trabalhistas, sociais, econômicas, educacionais) entre as pessoas que compõem uma comunidade escolar, sendo que nunca busca ser impessoal, pois traduz um certo “sentimento de pertença”, uma convicção que associa as pessoas às escolas que ajudam a construir.

As formas identitárias seguem as relações interpessoais que, por sua vez, estão em constante dinâmica entre si dentro dos institutos federais. Todavia, esse movimento rápido de mudanças nos últimos dez anos, após a criação da Lei dos IFs, tem interferido de forma decisiva sobre a realidade outrora construída e percebida, refletindo assim em uma perceptível “crise de identidade”. Dentre elas, destaca-se a que se refere à docência, pois constata-se que há necessidade de maior clareza quanto às funções e responsabilidades do professor na atual conjuntura. Nesse sentido, destacam Iza et al. (2014) que, ao pensar sobre as diversas facetas que constituem a identidade docente, é importante a relação com o conceito de “desenvolvimento profissional”, pois se leva em conta que essa identidade se constitui desde os momentos anteriores à formação inicial até o aprendizado no próprio exercício da profissão. Além de todo esse dinamismo, autores apontam também para a dificuldade de construção de uma nova identidade para a Rede Federal de Ensino Tecnológico, dado o seu grande número de unidades e a distribuição esparsa no território (FRIGOTTO, 2016).

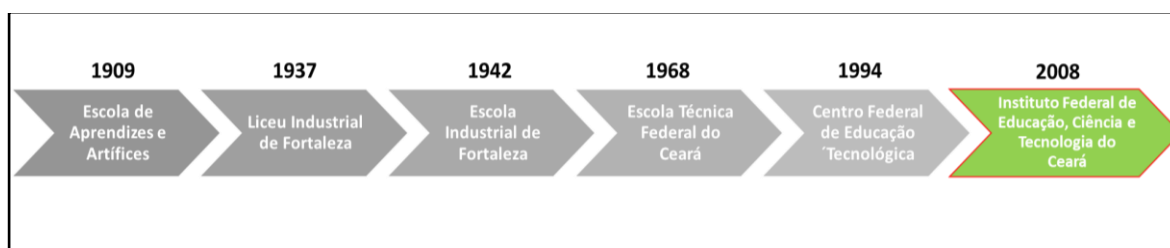
Frente aos desafios atribuídos aos institutos federais, gerados por essas rápidas mudanças na política de expansão da rede federal, iniciada pelo Governo Lula (2003-2010), que alterou o perfil dos IFs, exigindo o repensar da identidade institucional e docente, Machado (2011) apresenta algumas urgências quanto à formação dos profissionais da educação profissional. Dentre elas, declara ser fundamental a promoção e o fortalecimento da identidade profissional dos professores da Educação Profissional Tecnológica (EPT), por meio de políticas de formação, valorização e carreira docente, que levem à diminuição da grande heterogeneidade desse professorado, fator que dificulta seu processo de profissionalização.

Iniciaremos a análise das identidades institucional e docente pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dá origem aos IFs. Os objetivos expressos nessa legislação são bem mais abrangentes do que aqueles que lhes deram origem, permitindo sua análise como uma nova “arquitetura acadêmica” (OTRANTO; PAIVA, 2016), que, num primeiro momento, não teve uma adesão imediata pela comunidade docente, em especial das antigas e centenárias Escolas Agrotécnicas, que alegavam a perda da identidade das escolas da rede federal. Todavia, diante de uma ação política intensa e do temor de perder status e financiamento, dentro de uma rede formada por instituições de educação superior no final de 2008, elas optaram pela adesão aos IFs e foram alçadas a um novo status quo (OTRANTO, 2010).

A Lei dos IFs ainda acrescenta outro ponto importante que evidencia esse desafio de estabelecer uma identidade, que é o amplo espectro de sua atuação, através da sua implantação pela transformação ou integração entre várias instituições, como CEFETs (Centros Federais de Educação Tecnológica), ETV (Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais), o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica do Paraná (UTPR), em uma fusão multidimensional com novos direcionamentos legais e regulatórios. Os autores Otranto e Paiva (2016) ressaltam ainda que essa composição organizacional dos IFs, compreendida como uma nova arquitetura acadêmica, apresenta diferentes origens institucionais que foram aglutinadas mediante interesses políticos e territoriais, e que já trabalhavam tanto com viés de natureza urbana quanto rural, o que amplia ainda mais essa complexidade de avaliação.

Partindo dessa premissa, ao identificarmos uma nova institucionalidade e sua complexidade, no campo de uma instituição federal de educação profissional e tecnológica, conforme pode ser visto na Figura 1, constata-se mudanças desde a concepção de uma escola de aprendizes e artífices, como primeira ação decretada pelo Presidente da República Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, impulsionando o ensino profissional no país nas capitais dos estados, voltado para a oferta no formato primário gratuito e destinado a habilitar para o trabalho os filhos das classes sociais mais baixas. Isso pode ser compreendido como parte de um projeto de construção do país, a partir do entendimento, à época, de que a formação de mão de obra qualificada auxiliaria no desenvolvimento industrial do Brasil (CARVALHO, 2019).

Figura 1: Linha do tempo e as diversas fases identitárias do IFCE.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O desenvolvimento da instituição seguia sua trajetória ascendente de consolidação de sua atuação e identidade. Nesse percurso, foram evidenciados ajustes de ordem política e estrutural, com a formação dos novos liceus e a tendência de atuação no ensino industrial, que se consolidou, conforme citado por Cândido et al. (2019), ao longo dos anos, como uma proposta inovadora de educação popular, voltada à formação profissional de adolescentes e jovens. Posteriormente, tal proposta constituir-se-ia nas escolas técnicas e industriais, com sua autonomia pedagógica e administrativa em relação ao Ministério da Educação (CUNHA, 2005), contribuindo para compor o que hoje conhecemos como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Este conta com uma notável estatística descrita no Quadro 1,

que aponta sua relevância, seu alcance e sua estrutura de pessoal de apoio às ações de manutenção do ensino profissional no Ceará, bem como sua nova identidade indissociável entre ensino, pesquisa e extensão. Todas as mudanças institucionais, todavia, não podem ser vistas deslocadas do contexto político, econômico e social que as fomentou.

Quadro 1: Informações gerais sobre estrutura, servidores e estudantes no IFCE.

Informações	Quantidade
Campi (Excetuando-se Reitoria e Polo de Inovação) ¹	33
Cursos ¹	558
Estudantes Matriculados (Período/Semestre: 2020/1) ¹	55.708
Estudantes Ingressantes (Período/Semestre: 2020/1) ¹	23.837
Docentes ²	2.089
Técnico-Administrativos ²	1.591

¹ Plataforma “IFCE em números”. Disponível em: <https://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>

² Plataforma “Nilo Peçanha”. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>

Sendo assim, após evidenciarmos toda a grandeza histórica e atual no âmbito do ensino profissional, encontramos nos reportes da instituição outros documentos oficiais relevantes para buscar, sob uma ótica pedagógica, se a identidade docente, em particular do IFCE, está inserida em um processo de consolidação. Entre eles, destacam-se o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), aprovado pela Resolução Consup nº 46, de 28 de maio de 2018, e a Resolução do Conselho Superior (Consup) nº 39, de 22 de agosto de 2020, que aprova a Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), amparando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, elaborou sua matriz “macropedagógica”, que propõe orientações para a condução de todas as atividades da instituição, considerando, conforme Vasconcellos (1995), o resgate do “sentido humano, científico e libertador do planejamento pedagógico”. O documento pedagógico passou a ser chamado de Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), denominação escolhida pelos membros da Comissão Geral e das Subcomissões de Sistematização do documento.

Assim, o PPI se caracteriza como um:

“documento em construção, nunca definitivo, voltado a apresentar e nortear a oferta de atividades educacionais, por meio da explicitação de suas políticas pedagógicas, com fito no cumprimento de sua função social. Nele são estabelecidos os parâmetros necessários para a coerente e eficiente condução das ações nos âmbitos pedagógico e político-institucional, servindo como norteador do planejamento estratégico da Instituição, ao mesmo tempo em que nele são retratados sua identidade, sua história, o conjunto de seus currículos, seus métodos, o perfil de seus atores e sua forma de idealizar e materializar a educação” (IFCE, 2018).

Portanto, trata-se de um documento relevante para que possamos apontar as ações a serem correlacionadas com os objetivos desta pesquisa.

Autores como Pimenta (2002) entendem que a identidade docente é epistemológica e profissional, constituindo-se a partir da formação inicial e continuada, das experiências pessoais e coletivas, de conhecimentos e saberes vivenciados em seu trabalho docente situado no ambiente escolar, enquanto instituição social e educativa. Nesse sentido, a prática e a construção da identidade docente inserem-se nas contradições histórico-sociais que a envolvem, na configuração social e pedagógica da própria instituição de ensino. Reforçando essa narrativa, Paiva (2012) concebe esse desenvolvimento pessoal e profissional como um processo

permanente de valorização identitária, numa dimensão formativa na qual se articulam os saberes que configuram a docência. Ou seja, a identidade docente é construída no fazer pedagógico e em suas regulamentações, no cotidiano de trabalho do professor, na vivência de conflitos e situações diversas, evidenciando a existência de um saber que se constrói no próprio fazer, isto é, um saber tácito ou conhecimento prático adquirido nas experiências vividas e no exercício das atividades pedagógicas da instituição.

Partindo do que determina o art. 2º, § 3º da Lei dos IFs e a Portaria nº 17 da Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), de 11 de maio de 2016, o Conselho Superior (Consup) aprovou a Resolução nº 39, de 22 de agosto de 2016, que regulamenta as Atividades Docentes (RAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), para atendimento às atividades de ensino, pesquisa aplicada, extensão, gestão e representação institucional. É um documento que explicita as diretrizes regulamentadoras da distribuição da carga horária dos docentes do IFCE, exercida em atividades de ensino, pesquisa aplicada, extensão, gestão institucional e representação institucional, ou seja, todos aqueles atos que definem o perfil identitário docente em sua atuação como agente transformador pela educação. Portanto, constitui-se como mais um documento relevante para apontarmos ações que complementam nosso referencial teórico, com vistas a atender aos objetivos desta pesquisa.

No tópico seguinte, trataremos do desenho metodológico da pesquisa, que buscará encontrar correlações entre a temática identitária institucional e os processos de identidade docente no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a pesquisa está baseada na abordagem qualitativa de três (03) documentos oficiais vigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, que são: a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; o Projeto Pedagógico Institucional (PPI); e a Resolução Consup nº 39, de 22 de agosto de 2016. Quanto ao procedimento, adota-se um percurso de revisão bibliográfica tradicional, discutida por autores como Botelho et al. (2011), bem como a particularização de suas implicações reais e práticas para a identidade docente no IFCE, conforme proposta por Iza et al. (2014). Métodos similares também foram abordados em trabalhos de Dubar (2009), Moraes (2016) e Brzezinski (2011), que refletem sobre os processos de conflito e constituição da identidade docente na educação profissional, possibilitando o estabelecimento de relações entre os documentos institucionais PDI e PPI do IFCE e os mecanismos de fortalecimento constante e/ou transformação sustentável para a identidade institucional e docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Dentro do percurso metodológico de coleta das informações, serão incorporadas, apenas como literatura complementar, outras importantes legislações e documentos oficiais ligados à temática central discursiva identitária institucional da pesquisa, com foco na formação docente dentro e fora da instituição, como, por exemplo, decretos do Ministério da Educação (MEC), resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), outras portarias complementares do Conselho Superior (Consup) da instituição e Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), que subsidiaram ações de formação continuada direcionadas aos docentes no segmento da educação profissional tecnológica.

Cabe ainda ressaltar que a metodologia utilizou procedimentos de análise documental e bibliográfica, em busca de dados primários sobre ações presentes, evidenciadas na instituição, que ampliam e concretizam sua identidade preconizada por meio de seus marcos legais normativos, os quais poderão ser avaliados, por metodologia indutiva, nos resultados encontrados na pesquisa. Importante destacar que, conforme Gil (2008), há uma sensível

diferença entre esses dois procedimentos de análise, relacionada à natureza das fontes, pois consideramos tanto documentos oficiais não científicos, como legislações e documentos institucionais, o que, na prática, colabora e caracteriza a atuação complementar das duas análises dentro do processo metodológico desta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

pós a análise das informações, podemos tecer discussões com base no quadro de temáticas investigativas relacionadas à identidade docente, proposto por Iza et al. (2014) e adaptado para esta pesquisa, a fim de buscarmos as correlações entre a temática identitária institucional e os processos de identidade docente no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), conforme reproduzido no Quadro 2.

Quadro 2: Eixos de análise e relações de influência sobre identidade docente.

Eixos de Análise	Relações de Influência sobre a Identidade Docente		
	Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Lei do IFs)	Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	Resolução Consup Nº 39, de 22 de agosto de 2016
Experiência e o Saber da Experiência	Forte	Forte	Forte
Profissionalidade Docente	Moderada	Forte	Forte
Formação Inicial e Continuada	Fraco	Forte	Moderada
Mecanismos de Participação Democrática na Construção dos Documentos Oficiais	Forte	Forte	Fraco

Fonte: Elaborado pelo autor e adaptado do trabalho de Iza et al. (2014).

Considerando uma primeira abordagem sobre a Lei dos IFs, com toda a sua complexidade e alcance, e levando em conta a experiência e o saber dos ingressantes na carreira docente EBTT, podemos dizer que ela se estabeleceu, ao longo dos últimos anos, com uma influência fraca e sem abordar de forma explícita como deveríamos tanto acolher quanto estabelecer políticas de formação docente que possam fortalecer essa identidade profissional junto à imagem atual da instituição. Isso se torna ainda mais relevante diante do argumento de Silva et al. (2019), que, com a expansão acelerada da rede federal nos últimos anos, o ingresso de novos servidores docentes (mestres e doutores), que parecem assumir sua primeira experiência profissional, é significativo, o que requer da instituição medidas educativas que fortaleçam a compreensão acerca da identidade institucional.

Os autores Carvalho e Sousa (2016) apontam para uma mesma orientação ao identificar e questionar um histórico de fragmentação, imprevisto e insuficiência de formação pedagógica na prática de muitos desses professores da atual rede federal de educação profissional e tecnológica. Isso não só tem confundido a orientação de conduta dos docentes quando entram ou tentam consolidar suas práticas na instituição, como também alerta Machado (2008): tais profissionais não encontram um ambiente que, de fato, promova um perfil identitário docente, capaz de pôr em prática as pedagogias do trabalho, bem como de construir a independência intelectual e crítica dos estudantes nesse cenário de avanços culturais, técnicos, tecnológicos e científicos, que têm introduzido tanto novos requerimentos para a educação profissional quanto provocado maior aproximação e unidade entre a educação básica e a tecnológica.

Outro ponto relevante da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é a preocupação com a oferta da educação profissional e a defesa da verticalização, ao mesmo tempo em que

atribui ao docente inúmeras e diversas funções, caracterizando-lhe uma identidade sui generis no sistema educacional brasileiro. Silva et al. (2014) também identificaram essa interferência no processo de identidade docente dos profissionais da instituição, pois, ao pertencerem à Rede, implicitamente assumem, como apontam os autores Santos e Marchesan (2017) em seu estudo, o desafio de operacionalizar a oferta de cursos técnicos e superiores, incluindo a pós-graduação. Isso pode retardar o processo de adesão à prática identitária institucional entre docentes recém-ingressos e veteranos, haja vista a complexidade pedagógica que circunda cada uma dessas ofertas, e observa-se uma grande discrepância entre as relações políticas, teóricas e pedagógicas. Ou seja, a questão problemática sobre a formação docente para o exercício na modalidade da EPT não é distinta dos problemas que acometem muitos professores da educação básica brasileira, deflagrando, assim, um processo de distanciamento entre o que a instituição oferece e a realidade que espera do futuro professor (ABREU, 2009).

Por ter, em sua própria concepção, um caráter generalista enquanto legislação, podemos constatar que as diretrizes e objetivos da Lei dos IFs abordam a questão identitária e de formação docente de maneira generalista e indutiva sob a ótica pedagógica, delegando às suas unidades descentralizadas a elaboração e a condução de suas propostas pedagógicas por meio de outros documentos e normativas oficiais, que expressem a união entre o contexto identitário institucional e a atuação docente nos IFs, como pode ser observado no Quadro 2.

Partindo dessa última premissa e avançando para uma avaliação sobre o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI), podemos identificar que o IFCE, amparado em documentos que indicam concepções e diretrizes de um “novo modelo” de educação profissional e tecnológica no país (BRASIL, 2010), tem buscado minimizar as distorções desse processo de consolidação institucional, indicando uma atuação de forte influência nas temáticas identitárias e que compreenda “a pesquisa, o trabalho como princípio educativo, o respeito à diversidade, a interdisciplinaridade e o estímulo à autonomia dos educandos, em constante interação com os conhecimentos oriundos da prática social, da ciência, da tecnologia, da cultura e da sociedade, em permanente movimento [...]” (IFCE, p. 32).

Outro ponto observado nesse documento oficial foi que os instrumentos de aplicação para padronizar as práticas internas docentes, de modo a consolidar suas identidades, viriam por meio de planejamento pedagógico que contempla outros elementos normativos internos, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Regulamento de Organização Didática (ROD), bem como o planejamento curricular, que seria compreendido pelos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), o plano de ensino, o plano de curso, o plano de aula e os programas de unidades didáticas. Ou seja, esses instrumentos buscam modelar toda a influência interna sobre a formação da identidade docente sem se desconectar dos princípios pedagógicos e didáticos da instituição.

Os resultados encontrados apontam similaridade com os resultados de Silva (2019), que investigou a materialidade de contradições, por meio do discurso textual, entre o proclamado e o realizado, tendo como referência a concepção histórico-crítica sobre o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Tal estudo evidenciou uma coerência entre o PPI e os elementos normativos internos na busca pela efetivação da concepção educativa institucional.

Outro ponto importante que o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) preconiza é a formação inicial e continuada de professores para o ensino técnico. A esse respeito, Kuenzer (1999) defende uma concepção de formação que possibilite a “construção da identidade do professor como cientista da educação”, independentemente da modalidade de ensino em que irá atuar, partindo do pressuposto de que as “especificidades” dessa formação são pontuais, já que, por seu caráter orgânico, essas políticas se inserem em um modelo de educação que abrange todos os níveis e modalidades de ensino. Todavia, enfatiza que a falta de uma formação específica contribui para a falta de identidade do professor, considerando que a formação até

poderia ser em outras áreas profissionais correlatas à disciplina a ser ministrada ou complementar à sua formação em nível de bacharelado. Com relação a esse ponto, dentro da análise do fortalecimento e consolidação de uma identidade docente na instituição, pode-se destacar a oferta, pela instituição, de curso de especialização em educação profissional tecnológica, que apresenta um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) alinhado às concepções do PPI e que pode ser identificado dentro do tópico de “diretrizes da política de desenvolvimento de pessoal do IFCE”, ao oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis aos servidores docentes que ingressarem no setor público, com ou sem vínculo efetivo com a administração pública.

Ao analisarmos a perspectiva na qual a instituição busca influenciar diretamente as ações docentes, modelando o processo de identidade, constata-se que, de maneira mais pragmática, a Resolução nº 39, de 22 de agosto de 2016, que regulamenta as Atividades Docentes (RAD) do IFCE, exerce forte influência sobre tópicos identitários, utilizando a política interna da prática docente como forma de aproximar e consolidar todos os princípios norteadores considerados na concepção dos IFs, desde as legislações mais generalistas, que expressam a complexa rede de vocações, até as mais específicas. Consultando documentos oficiais de outros IFs, observa-se que, independentemente de se tratar de uma ferramenta de obrigatoriedade legal para acompanhamento do trabalho funcional dos docentes, tais documentos estão sendo construídos de acordo com os limites de atuação da prática docente nas instituições.

O desdobramento prático desse regulamento interno poderá impor aos docentes uma forte influência sobre temáticas que se correlacionem com sua identidade docente na rede. Essas temáticas foram ratificadas por Iza et al. (2014) e elencadas como a formação inicial e continuada; a profissionalidade docente; e a experiência e o saber da experiência dentro e fora da instituição. Resultados apresentados por Almeida (2018) também evidenciam as dificuldades, os desafios e a importância dessas experiências docentes dentro e fora da instituição, nos diversos eixos temáticos, como ensino, pesquisa e extensão, o que pode levar à compreensão de que esses regulamentos internos são necessários para que busquemos um equilíbrio benéfico entre essas atuações, sem maiores prejuízos aos docentes, considerando os dados, o tempo e a complexidade de cada um desses eixos.

Ao avaliarmos todos os documentos oficiais vigentes expostos nesta pesquisa, podemos constatar que, quanto à discussão e à sua elaboração coletiva, o item relacionado, no quadro síntese, aos “Mecanismos de Participação Democrática na Construção dos Documentos Oficiais” refere-se à identificação de instrumentos de provocação e participação coletiva, que buscam projetar sempre a melhor versão possível para o atingimento dos objetivos, especialmente a consolidação de nossa identidade institucional docente. Autores como Lope e Costa (2014) reforçam essa tese de consolidação identitária dos Institutos Federais, por meio do debate democrático, que atenda aos anseios de toda a comunidade.

5 CONCLUSÕES

As implicações desta pesquisa apontam para a percepção de que ainda estamos em um processo de amadurecimento de nossa “nova institucionalidade” no IFCE, devido aos inúmeros e complexos processos de mudanças em suas diretrizes de atuação e propostas pedagógicas ao longo de mais de 100 anos de existência.

As principais lacunas identificadas, após a leitura, análise e revisão dos documentos oficiais históricos mencionados nesta pesquisa, referem-se à necessidade de maior difusão e discussão das normativas internas nos diversos fóruns da comunidade acadêmica do IFCE. Observa-se que tais normativas apresentam plena coerência entre suas concepções e os

objetivos de manutenção e fortalecimento de uma identidade institucional e docente que respeite as diretrizes estabelecidas pela legislação.

Ainda que algumas lacunas tenham sido identificadas, é possível apontar aspectos para estudos e intervenções futuras, como a atenção à regulamentação da oferta de cursos em todas as suas modalidades no âmbito do ensino, bem como à organização didático-pedagógica conforme o perfil do corpo docente; na pesquisa e inovação, compreender melhor a dinâmica entre identidade e pesquisa e como as diretrizes institucionais seguem uma lógica acadêmica individual dos docentes, influenciando positiva ou negativamente a construção dessa identidade institucional; na extensão, observar os programas de relacionamento com outras instituições públicas e/ou privadas, assim como a comunidade; e, na gestão, buscar uma prática democrática e coordenada com as diretrizes institucionais, visando fortalecer a identidade institucional.

Diante disso, é importante destacar que estudos posteriores deverão ser realizados para compreender a percepção atual dos inúmeros docentes que ingressaram na instituição nos últimos anos e que ainda estão em processo de adaptação de suas práticas laborais e pedagógicas no âmbito da tríade ensino, pesquisa e extensão no IFCE. Espera-se que essa construção identitária esteja vinculada às discussões promovidas dentro do ambiente institucional, amparadas pelos documentos oficiais históricos descritos nesta pesquisa. Compreende-se, assim, que a constituição da identidade docente está fortemente relacionada tanto às expectativas internas quanto externas, e que a vivência da coletividade e o desenvolvimento do sentimento de pertencimento a determinado grupo social são fundamentais para que se alcancem respostas às questões ainda pendentes dentro desse tema tão complexo.

REFERÊNCIAS

ABREU, G.R. Ressignificação da formação do professor de ensino técnico-profissional: por uma prática reflexiva na reconstrução de sua identidade. RPD – Revista Profissão Docente, Uberaba, v.9, n. 21, p. 114-132, jan/jul. 2009.

ALMEIDA, A. L. de C. A construção de sentido sobre “quem somos” e “como somos vistos”. In: MARCHIORI, M. (Org.). Fases da cultura e comunicação organizacional. São Caetano do Sul: Difusão, 2006. p. 31-44.

ALMEIDA, B. F. Expansão da rede federal e reestruturação produtiva: uma análise crítica da identidade institucional docente do IFCE campus Fortaleza. Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.

BOTELHO, L.L.R.; CUNHA, C.C.de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade. Belo Horizonte. v. 05, n.11. p.121-136. mai/ago, 2011.

BRASIL. Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2008.

_____. Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1909.

_____. Um novo modelo em educação profissional e tecnológica - concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-ifconcepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 mar 2020.

BRZEZINSKI, I. As políticas de formação de professores e a identidade unitas multiplex do pedagogo: professor-pesquisador-gestor. In.: SILVA, M. A; BRZEZINSKI, I. (orgs). Formar professores-pesquisadores: construir identidades. Goiânia: PUC Goiás, 2011, p.15-50.

CALDAS, M. P.; WOOD J. R. T. Identidade organizacional. Revista de Administração de Empresas, v. 37, n. 1, p. 6-17, jan./mar. 1997.

CANDIDO, F.G.; JUCÁ, S.C.S.; SILVA, S.A.; ALVES, F.R.V. Educação para o trabalho: a Escola de Aprendiz Artífices do Ceará. Educação – Revista do Centro de Educação (UFES), v.44, p. 01-22, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019.

CARVALHO, M. A. M. de. Nilo Peçanha e a criação das Escolas de Aprendiz e Artífices no contexto da Primeira República (EAAs): 1910-1914. In: Anais da 7ª Conferência Internacional de História de Empresas e IX Encontro de Pós Graduação em História Econômica. Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019.

CARVALHO, O. F. de; SOUZA, F. H de M. Formação do docente da educação profissional e tecnológica no Brasil: Um diálogo com as faculdades de educação e o curso de pedagogia. Educ. Soc., Campinas, v. 35, nº. 128, p. 629-996, jul.-set., 2014.

CUNHA, L. A. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. Editora Unesp, 2005, p. 270.

DANESI, L. C.; FOSSATI, P.; SIQUEIRA, M. da S. Identidade institucional e sua relação com a profissionalização da gestão. In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade. Florianópolis-SC, dez,2014.

FRIGOTTO, G. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: gênese e indeterminação da identidade e campo de disputas. In: FRIGOTTO, G. (coord.geral). Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ, julho, p. 85-99, 2015.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOUVEIA, F. P. de S.; SILVA. K. C. da. A impossibilidade da construção da identidade dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia sob a égide da pequena política. In: IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional A produção do conhecimento da Educação Profissional. Anais... Natal (RN), 24- 27 julho de 2017. P. 1-14.

Instituto Federal do Ceará (IFCE). Projeto político-pedagógico institucional. Instituto Federal do Ceará. – Fortaleza: 2018. 152 p.

_____. Resolução Nº 39, de 22 de agosto de 2016. Aprova a Regulamentação das Atividades Docentes (RAD) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Conselho Superior do IFCE (CONSUP), 2016. Disponível em:

<https://ifce.edu.br/proen/039AprovaRegulamentaodasAtividadesDocentes.pdf> Acessado em: julho/2020.

IZA, D. F. V.; BENITES, L.C.; NETO, L.S.; CYRINO, M.; ANANIAS, E.V.; ARNOSTI, R.P.; NETO, S de S. Identidade docente: As várias faces da constituição do ser professor. Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 2, p. 273-292, 2014.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: a edição do novo milênio. (Tradução de Bazán Tecnologia e Linguística). São Paulo: Pearson, 2000.

KUENZER, A. Z. As políticas de formação: A constituição da identidade do professor sobrando. Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, dezembro, 99.

LOPE, J. R.F.S.; COSTA, P.L.S. Identidade institucional e gestão participativa nos Institutos Federais: Possibilidades de fortalecimento e ressignificação a partir do PDI. In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU. Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

MACHADO, L. R. de S. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011.

MACHADO, L. R. de S. Formação de professores para a: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. In: BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Formação de professores para EPT: Brasília 26, 27 e 28 de setembro de 2006. Brasília: 2008. p. 67-82.

MORAES, G.H. Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade - A formação da Identidade dos Institutos Federais / Gustavo Henrique Moraes; orientador Bernardo Kipnis. -- Brasília, 2016. 356 p. Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) -- Universidade de Brasília, 2016.

OTRANTO, C. R. Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas (RETTA). UFRRJ/PPGEA, Seropédica, RJ: EDUR, v. I, n. 01, p. 89-108, jan./jun. 2010.

OTRANTO, C. R.; PAIVA, L. D. C. Contextos identitários dos Institutos Federais no Brasil: Implicações da expansão da educação superior. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v. 6 n.16, p.07-20, jan./abr.2016.

PACHECO, E. M. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. – Natal: IFRN, 2010. 28 p.

PAIVA, C. M. F. A identidade docente na educação profissional: Como se forma o professor. In: XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, ENDIPE – 23 a 26 de julho de 2012, FE/UNICAMP, Campinas, Livro 1. p. 2703-2714, 2012.

PIMENTA, S. G. “Formação de professores: saberes e identidade”. In: PIMENTA, S. G. (Org.) Saberes pedagógicos e atividade docente. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

RUÃO, T. Uma investigação aplicada da identidade da marca: o caso das porcelanas Vista Alegre. Revista Comunicação e Sociedade, v. 4, n. 1-2, pp. 223 – 242, 2002.

SANTOS, G da S.; MARCHESAN, M.T.N. Educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil e seus docentes: Trajetos e desafios. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*. Blumenau, v. 11, n. 1, p. 357-374, jan./abr. 2017.

SILVA, I.B.G.; CARDOSO, E.M.J.; LOPES, M.C.R.; LULA, K.P. Identidade docente nos Institutos Federais de Educação – O que revelam os documentos oficiais. VI Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. 2014. Acesso em:
http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT08/GT_08_x15x.PDF

SILVA, E. B. O Projeto Pedagógico Institucional do Instituto Federal de Santa Catarina e o trabalho da Coordenadoria Pedagógica do Campus Florianópolis no processo de criação e reestruturação dos projetos de cursos: uma análise crítica entre o proclamado e o realizado. 2019. Dissertação (Curso de Pós Graduação stricto sensu Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2019.